



INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA DO MUNICÍPIO DE SÃO MATEUS - MA

Concurso Público para o Provimento do cargo de



COORDENADOR DO DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO

LEIA AS INSTRUÇÕES:

- 1) Você deve receber do fiscal, além deste caderno contendo 40 (quarenta) questões objetivas, um cartão-resposta destinado às respostas objetivas da prova;
- 2) Verifique se este material está completo e se seus dados pessoais conferem com aqueles constantes do cartão-resposta. Caso contrário, informe ao fiscal de sala.
- 3) O tempo de duração da prova é de 03 (três) horas ininterruptas. Só será permitido ao candidato entregar sua prova após 01 (uma) hora do início da mesma, **sob pena de ser eliminado do certame**.
- 4) Ao término da prova, o candidato deverá assinar a lista de presença e o cartão-resposta e entregar ao Fiscal junto com o seu caderno de questões.
- 5) Será excluído do certame o candidato que não assinar o cartão resposta ou o fizer fora do local indicado, bem como aquele que assinar em desconformidade com a assinatura constante no documento oficial de identificação.
- 6) Tenha cuidado com o seu cartão-resposta, pois este é personalizado e não será substituído em hipótese alguma.
- 7) No cartão-resposta, a marcação das letras correspondentes às respostas de sua opção, deve ser feita com o preenchimento de todo o espaço do campo reservado para tal fim, conforme modelo ex:
- 8) Para cada uma das questões são apresentadas cinco alternativas e somente uma responde adequadamente ao quesito proposto. A marcação em mais de uma alternativa ou marcações rasuradas anulam a questão.
- 9) As Provas Objetivas e os gabaritos serão divulgados no primeiro dia útil após a realização das mesmas, no endereço eletrônico www.institutoludus.com.br a partir das 18:00h;
- 10) Por motivo de segurança não será permitido ao candidato fazer uso de qualquer tipo de anotações que não seja o rascunho integrante desta Prova que será destacado na hora da entrega pelo fiscal. Caso o candidato seja surpreendido com qualquer outro tipo de anotações em documentos que não seja o previsto acima, **será eliminado do certame**.

FOLHA DE ANOTAÇÃO DO GABARITO: ATENÇÃO: Esta parte somente deverá ser destacada pelo fiscal da sala, após o término da prova.

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40

EM BRANCO

INSCRIÇÃO:

--	--	--	--	--	--

ASSINATURA: _____

Leia o texto seguinte

"Nós somos teu"

Fernando Rodrigues

BRASÍLIA - Atire a primeira pedra quem nunca cometeu um erro de português ao escrever uma mensagem no celular. Não é esse o ponto principal no curioso torpedo redigido pelo deputado federal Cândido Vaccarezza, do PT de São Paulo, para o governador do Rio de Janeiro, Sérgio Cabral, do PMDB.

Na sessão de anteontem da CPI do Cachoeira, quando foram engavetados vários pedidos de convocação de gatos gordos da política, Vaccarezza enviou o seguinte SMS para Cabral: "A relação com o PMDB vai azedar na CPI. Mas não se preocupe você é nosso e nós somos teu (sic)".

O petista poderia muito bem ter escrito "é nós, mano" ou "tá tudo dominado". Seria o mesmo. A relação de **compadrio deletério** revelada só escancara o que todos já sabem, mas nunca custa dizer de novo: o PT protege o PMDB e recebe em troca blindagem equivalente.

Partidos aliados se comportam assim **desde que** a política é política. Continuará sendo desse modo em todas as CPIs, como no passado recente também o PSDB protegia o PFL (hoje DEM) e vice-versa.

Graças à imagem mostrada pelo telejornal "SBT Brasil", a operação abafa na CPI do Cachoeira perdeu a ambiguidade. Ontem, Vaccarezza explicou sua mensagem: "O Cabral não é investigado, não é citado, [eu] não poderia estar blindando. O que o blinda é a inocência dele".

Sérgio Cabral é amigo do dono da empreiteira Delta, Fernando Cavendish. Ambos aparecem se refestelando num restaurante no exterior. Essa empresa tem contratos com governos pelo país inteiro. Nos inquéritos do caso Cachoeira, a Delta aparece **como** peça vital do esquema.

Nada disso seria indício suficiente para convocar Cabral. A CPI só tem uma regra de ouro, expressa no **solecismo** de Vaccarezza: "Você é nosso e nós somos teu". E os brasileiros que pagam impostos e os salários dessa turma? Estamos à deriva. Nós não somos de ninguém.

(Jornal *Folha de São Paulo*, 19 de maio de 2012).

01. A expressão compadrio deletério, sublinhada no terceiro parágrafo, sem prejuízo do texto, **NÃO** poderia ser substituída por

a) mancomunação infesta

- b) conluio infenso
- c) compadrido degradante
- d) conluio insalubre
- e) acordo infesto

02. O vocábulo deletério leva acento por ser

- a) oxítono.
- b) paroxítona que termina em ditongo crescente.
- c) paroxítona que termina em ditongo decrescente.
- d) paroxítona.
- e) formadora de hiato.

03. No quarto parágrafo se observa, em destaque, a expressão **desde que**. Esta expressão, neste caso, assume a função:

- a) substantiva
- b) pronome relativo
- c) conjunção subordinativa
- d) conjunção coordenativa
- e) todas as alternativas acima são incorretas.

04. No sexto parágrafo, observe a conjunção **como**, destacada. No texto, o vocábulo grifado (**como**) tem o mesmo valor semântico observado na alternativa

- a) O espetáculo se desenvolveu como foi planejado.
- b) Como o que falaram, não haverá eleições na UEMA.
- c) Aquilo é mais alto que isto.
- d) Como são menos densos que a água, as cortiças não afundam no lago.
- e) A integridade moral do senador foi abalada, ainda que ele fosse considerado uma reserva moral.

05. No sétimo parágrafo atenta-se para o vocábulo **solecismo**. Assinale, dentre as alternativas seguintes, aquela que se observa esse vício de linguagem.

- a) Fazem dez dias que fui a Bacabal.
- b) O governo prometeu criar 100 mil novos empregos.
- c) O que mais se fala é no boom da economia da China.
- d) Astrobaldo viu o incêndio do prédio.
- e) O concerto do carro foi muito caro.

Leia o texto seguinte

Um ano após a posse de José Venâncio, Dário Valério falou sobre ele, como seu antecessor no comando da Prefeitura. E gostei tanto da fala do Dário, equilibrada, lúcida e original, fazendo jus à conduta ilibada de José Venâncio.

06. No início do segundo período observa-se a conjunção **E**, em destaque. No texto, a conjunção destacada "E" assume um valor

- a) adversativo
- b) conclusivo, apenas

- c) explicativo, apenas
- d) aditivo
- e) explicativo e conclusivo

07. No texto, o vocábulo grifado, "**ilibada**", só **NÃO** pode ser substituído pelo vocábulo constante na alternativa

- a) incorrupta
- b) impoluta
- c) infirmada
- d) correta
- e) íntegra

08. "A empresa Malaquias & Astrobaldo, se preparando para a crise internacional que se avizinha, apresentou ontem a um dos seus credores, o Banco do Povo, um plano de reestruturação que prevê, dentre outras providências, o enxugamento das despesas e um maior volume de exportações".

Qual a função da linguagem presente no texto supra?

- a) fática
- b) referencial
- c) emotiva
- d) apelativa
- e) metalinguística

09. A coisa que Bastiko mais gosta é observar o anoitecer sentado em um boteco da praia da Ponta da Areia. No que se refere aos processos de formação de palavras, os vocábulos grifados, anoitecer e boteco, são formados por

- a) derivação parassintética e derivação regressiva, respectivamente.
- b) derivação parassintética e derivação imprópria, respectivamente.
- c) derivação imprópria e derivação regressiva, respectivamente.
- d) composição por aglutinação e derivação regressiva, respectivamente.
- e) derivação parassintética e hibridismo, respectivamente.

10. Assinale, dentre as alternativas seguintes, aquela que comporta concordância verbal **INCORRETA**.

- a) Não podem existir lutas nesta escola.
- b) Pouco me importa o Vasco e a Portuguesa.
- c) Muitos de nós somos bons jogadores.
- d) Um milhão e trezentos reais foram utilizados na compra do terreno.
- e) Após a derrota, choveu agressões contra o coitado que perdeu o pênalti.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS + CONHECIMENTOS LOCAIS

11. Referido como um dos sustentáculos da concepção do Estado Democrático de Direito e do próprio regime jurídico-administrativo, o princípio da legalidade vem insculpido no *caput* do Art. 37, da Constituição Federal, no qual é declarado que, o administrador só pode atuar em termos estabelecidos na lei.

Verifique as alternativas abaixo e marque aquela que apresenta afirmação **INCORRETA** com relação à aplicação do princípio da legalidade na administração pública.

- a) É um propósito do princípio da legalidade, submeter os gestores de órgãos da administração pública a um quadro normativo que embargue favoritismos, perseguições ou desmando.
- b) O princípio da legalidade garante que a atuação do executivo nada mais seja que a concretização da vontade geral.
- c) A função dos atos da Administração é a realização das disposições legais, não lhe sendo possível, portanto, a inovação do ordenamento jurídico, mas somente a concretização de presságios genéricos e abstratos anteriormente firmados pelo exercente da função legislativa.
- d) É facultado ao administrador público editar decretos ou regulamentos autônomos ou independentes, com o objetivo de disciplinar situações anteriormente não reguladas em lei.
- e) No Brasil, todo regulamento administrativo, haverá de ser sempre o regulamento de uma lei, ou de dispositivos legais objetivamente existentes. Qualquer tentativa em contrário haverá de ser tida como manifestamente inconstitucional.

12. A Constituição Federal elenca alguns princípios que balizam a Administração Pública. Assinale, dentre as alternativas seguintes, aquela que assinala um princípio da Administração Pública e não é explicitado na Carta Federal.

- a) Princípio da moralidade.
- b) Princípio da publicidade.
- c) Princípio da impessoalidade.
- d) Princípio da proporcionalidade.
- e) Princípio da eficiência.

13. Por meio da lei nº 10.520 de 17 de julho de 2002, o Governo Federal instituiu uma nova modalidade licitatória para aquisição de bens e serviços comuns, denominada pregão. Marque a opção que **NÃO** apresenta uma característica deste tipo de licitação.

- a) O prazo fixado para apresentação das propostas, contado a partir da publicação do aviso, não deverá ser inferior a 8(oito) dias úteis.
- b) Após ser declarado o vencedor, qualquer licitante poderá manifestar imediatamente a intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de 3 (três) dias para apresentação do recurso, ficando os demais licitantes desde

logo intimados para apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr a partir do término do prazo do recorrente.

c) Todos os licitantes deverão adquirir o edital como uma condição *sine qua non* para participar do certame.

d) para julgamento e classificação das propostas, será adotado o critério de menor preço, observados os prazos máximos para fornecimento, as especificações técnicas e parâmetros mínimos de desempenho e qualidade definidos no edital.

e) No decorrer da sessão do pregão, o autor da menor oferta e os que fizeram oferta com valores até 10% (dez por cento) superior ao lance mais baixo, poderão fazer novas ofertas verbais e sucessivas, até a proclamação do vencedor.

14. A respeito da aposentadoria de servidores titulares de cargos efetivos da esfera federal, estadual municipal, incluindo, as autarquias e fundações. Marque a única alternativa **INCORRETA**.

a) O servidor ao ser aposentado por invalidez permanente, receberá provento proporcional ao tempo de contribuição, exceto se a invalidez for decorrente de acidente em serviço, de moléstia profissional, ou doença grave, contagiosa ou incurável.

b) O servidor será aposentado compulsoriamente aos setenta anos de idade, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição.

c) O servidor poderá se aposentar voluntariamente desde que tenha completado no mínimo dez anos de efetivo exercício no serviço público e cinco anos no cargo efetivo em que se dará a aposentadoria.

d) As mulheres poderão se aposentar voluntariamente com cinquenta e cinco anos de idade e trinta de contribuição.

e) Os homens poderão se aposentar voluntariamente com sessenta anos de idade e trinta de contribuição.

15. São pessoas jurídicas de direito público criadas por lei específica (Art. 37, XIX, da Constituição Federal), que dispõem de patrimônio próprio e realizam atividades típicas de Estado de forma descentralizada.

a) Associações públicas

b) Fundações Públicas

c) Empresas de Economia Mista

d) Autarquias

e) Instituições Federais de Ensino e Pesquisa

16. O plano diretor é um dos documento do Estatuto da Cidade, criado como instrumento básico para reger a política de desenvolvimento e expansão urbana. Sobre a elaboração, execução e vigência do plano diretor é **INCORRETO** afirmar:

a) A Lei que instituir o Plano Diretor deverá ser revista, pelo menos, a cada cinquenta (50) anos.

b) O plano diretor deverá englobar o território do município como um todo.

c) Os poderes legislativos e executivos deverão garantir a qualquer cidadão interessado o acesso às informações produzidas pelo plano diretor.

d) Todas as cidades com mais de 20 mil habitantes, é obrigatório elaborar o plano diretor.

e) A prefeitura e câmara dos municípios deverão dar publicidade aos documentos e informações contidas no plano diretor.

17. Marque a opção que **NÃO** apresenta uma das diretrizes gerais da política urbana que tem como objetivo organizar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana:

a) Garantia do direito a cidades sustentáveis, entendido como o direito à terra urbana, à moradia, ao saneamento ambiental, à infraestrutura urbana, ao transporte e aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer, para as presentes e futuras gerações;

b) Gestão democrática por meio da participação da população e de associações representativas dos vários segmentos da comunidade na formulação, execução e acompanhamento de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano;

c) Cooperação entre os governos, a iniciativa privada e os demais setores da sociedade no processo de urbanização, em atendimento ao interesse social;

d) Planejamento do desenvolvimento das cidades, da distribuição espacial da população e das atividades econômicas do Município e do território sob sua área de influência, de modo a evitar e corrigir as distorções do crescimento urbano e seus efeitos negativos sobre o meio ambiente;

e) Não é função da cidade oferecer atividades de entretenimento, as atividades culturais e de lazer devem ser oferecidas pela iniciativa privada com o aval do poder executivo local.

18. De acordo com o Art. 3º do Estatuto das Cidades, compete à União, dentre outras atribuições de interesse da política urbana:

I - instituir diretrizes para o desenvolvimento urbano, inclusive habitação, saneamento básico e transportes urbanos;

II – Legislar sobre obras gerais de direito urbanístico.

III – Elaborar e executar planos nacionais e regionais de ordenação do território e de desenvolvimento urbano e social.

IV - Promover, por iniciativa própria e em conjunto com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, programas de construção de moradias e a melhoria das condições habitacionais e de saneamento básico.

Analisando as afirmações acima, marque a opção **CORRETA**

- a) São verdadeiras apenas as afirmativas I e II.
- b) São verdadeiras apenas as afirmativas I e IV.
- c) São verdadeiras as afirmativas I, II, III e IV.
- d) Apenas a afirmativa III é verdadeira.
- e) Todas as afirmativas estão erradas

19. Marque a alternativa que **NÃO** apresenta um órgão da administração pública indireta:

- a) Autarquia
- b) Fundação
- c) Sociedade de economia mista
- d) Secretaria de saúde
- e) Empresa pública

20. Conforme estabelece o art. 11.º da Lei de Improbidade Administrativa, a Lei N.º 8.429/1992, dentre outros atos, constitui, notadamente, ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da administração pública qualquer ação ou omissão que viole os deveres de honestidade, imparcialidade, legalidade, e lealdade às instituições:

- I - praticar ato visando fim proibido em lei ou regulamento ou diverso daquele previsto, na regra de competência.
- II - retardar ou deixar de praticar ato de ofício.
- III - revelar fato ou circunstância de que tem ciência em razão das atribuições.
- IV - negar publicidade aos atos oficiais.
- V - frustrar a licitude de concurso público.
- VI - deixar de prestar contas quando esteja obrigado a fazê-lo.

Assinale

- a) se todas estão corretas.
- b) se, dentre as assertivas acima, apenas cinco são corretas.
- c) se, dentre as assertivas acima, apenas quatro são corretas.
- d) se, dentre as assertivas acima, apenas três são corretas.
- e) se, dentre as assertivas acima, apenas duas são corretas.

21. De acordo com o art. 3º da Lei 9.784/1999, é direito consagrado do administrado, **EXCETO**:

- a) Ser tratado com respeito pelas autoridades e servidores, que deverão facilitar o exercício de seus direitos e o cumprimento de suas obrigações.
- b) Ter ciência dos processos administrativos em que tenha a condição de interessado, ter vista dos autos, obter cópias de documentos neles contidos e conhecer as decisões proferidas.
- c) Ao interpor Recurso Administrativo, tem o administrando o direito de receber do órgão competente a decisão de

- recurso interposto no prazo máximo de quinze dias, a partir do recebimento dos autos pelo órgão competente.
- d) Fazer-se assistir, facultativamente, por advogado, salvo quando obrigatória a representação, por força de lei.
- e) Ter conhecimento de todas as fases do processo em que se configura como interessado.

22. São deveres do administrado perante a Administração, sem prejuízos de outros previstos em ato normativo, **EXCETO**:

- a) Relatar o fato conforme a verossimilhança e as circunstâncias que lhe convier.
- b) Proceder com urbanidade.
- c) Não agir de modo temerário.
- d) Prestar as informações que lhe forem solicitadas e colaborar para o esclarecimento dos fatos.
- e) Expor os fatos conforme a verdade.

23. Marque a alternativa que apresenta pena prevista em Lei para atos de improbidade administrativa.

- a) Suspensão dos direitos políticos
- b) Cassação dos direitos políticos
- c) Perda dos direitos políticos
- d) Ineficácia dos direitos políticos
- e) Interrupção dos direitos políticos

24. Conforme estabelecido na Lei de Responsabilidade Fiscal, para os fins do disposto na Constituição Federal, a despesa total com pessoal, em cada período de apuração no Município, não poderá exceder que percentual da receita corrente líquida?

- a) 40%
- b) 50%
- c) 60%
- d) 58%
- e) 49%

25. Segundo a legislação federal, **NÃO** constitui infração administrativa passível da punição de **DEMISSÃO**

- a) incontinência pública e conduta escandalosa
- b) inassiduidade habitual.
- c) a prática de crime contra a administração pública.
- d) insubordinação grave em serviço.
- e) acumulação ilegal de cargos, empregos ou funções públicas.

26. De acordo com a Lei 8.429/92, são considerados atos de improbidade administrativa, passível de punição:

- I - Atos que ferem o decoro parlamentar
- II – Atos que ferem a dignidade da justiça
- III – Atos que ferem os princípios da administração pública
- IV – Atos que causam prejuízo ao erário
- V – Atos que importam em enriquecimento ilícito

Marque a alternativa correta:

- a) Somente os atos dos enunciados I e II estão previstos na lei 8.429/92
- b) Somente os atos dos enunciados II e III estão previstos na lei 8.429/92
- c) Somente os atos dos enunciados I e III estão previstos na lei 8.429/92
- d) Somente os atos dos enunciados III, IV e V estão previstos na lei 8.429/92
- e) Todos os atos dos enunciados I, II, III, IV e V estão previstos na lei 8.429/92

27. Segundo a Lei 4.320/1964, art. 2.º, a Lei do Orçamento conterà a discriminação da receita e despesa de forma a evidenciar a política econômica financeira e o programa de trabalho do Governo, obedecidos os princípios de unidade universalidade e anualidade. § 1º **Integrarão** a Lei de Orçamento, **EXCETO**

- a) Sumário geral da receita por fontes e da despesa por funções do Governo.
- b) Quadro demonstrativo da Receita e Despesa segundo as Categorias Econômicas, na forma do Anexo da Lei.
- c) Quadro discriminativo da receita por fontes e respectiva legislação.
- d) Quadros demonstrativos da Receita e planos de aplicação dos fundos especiais.
- e) Quadro das dotações por órgãos do Governo e da Administração.

28. Conforme define a Lei de Responsabilidade Fiscal, define-se dívida pública consolidada ou fundada o montante total, apurado sem duplicidade, das obrigações financeiras do ente da Federação, assumidas em virtude de leis, contratos, convênios ou tratados e da realização de operações de crédito, para amortização em prazo superior a

- a) 18 meses.
- b) 24 meses
- c) 15 meses
- d) 12 meses
- e) 06 meses

29. Conforme a Lei do Processo Administrativo no âmbito Federal, que deve ser usada subsidiariamente pelo Município, nos processos administrativos serão observados, dentre outros, os critérios de, **EXCETO**

- a) atuação conforme a Lei e o Direito.
- b) divulgação oficial dos atos administrativos, ressalvadas as hipóteses de sigilo previstas na Constituição.
- c) adequação entre meios e fins, vedada a imposição de obrigações, restrições e sanções em medida superior àquelas estritamente necessárias ao atendimento do interesse público.

- d) observância das formalidades essenciais à garantia dos direitos dos administrados;
- e) atendimento a fins de interesse geral, sendo peremptoriamente vedada a renúncia total ou parcial de poderes ou competências.

30. Observe a sequência numérica

-4 -1 2 5 8

O décimo termo desta sequência é

- a) 14
- b) 21
- c) 23
- d) 32
- e) 20

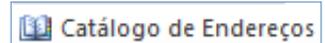
31. O valor da $\sqrt{36\%}$ de 100, dividido por $\sqrt[3]{8}$ é igual a

- a) 300
- b) 2
- c) 18
- d) $15\sqrt{2}$
- e) 30

32. Em um sítio, em Pirapemas (MA), há apenas bodes e galinhas, todos sem defeitos. Astrobaldo Ferreira faz a contagem e constata que existe um total de 47 cabeças e verifica que o número total de pés é igual a 126. Caso Zé Procópio venda cada bode a R\$125,00 e cada galinha a R\$25,00, ao vender todos os bichos ele "apura" quanto?

- a) R\$ 2.125,00
- b) R\$ 2.525,00
- c) R\$ 2.125,00
- d) R\$ 2.775,00
- e) R\$ 2.725,00

33. Na Faixa de Opções do MS-Outlook 2010, a opção Catálogo de Endereços está localizada na guia:



- a) Pasta;
- b) Exibição;
- c) Página Inicial;
- d) Enviar/Receber;
- e) Layout da Página.

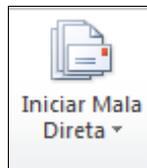
Com base na figura abaixo (MS-EXCEL 2010) responda a questão 34.

	A	B	C	D	E	F	G	H
1	52							
2	48							
3	96							
4	30							
5								

34. Qual das fórmulas abaixo foi utilizada para obter o resultado =56?

- a) =MED(A1:A4)
- b) =MÉDIA(A1:A4)
- c) =MÉDIA(A1:A4)
- d) =INT(MÉDIA(A1:A4))
- e) =MÉDIA.HARMÔNICA(A1:A4)

35. Analise as afirmativas abaixo sobre a Faixa de Opções do MS-WORD 2010:



I – O botão **Iniciar Mala Direta** está localizado na guia **Referências**.

II – A combinação das teclas **Ctrl + Shift + C** tem a função de copiar a formatação de um local e aplicá-la a outro (**Pincel de Formatação**);



III – A opção **Inserir Nota de Rodapé** está localizada na guia **Layout da Página**.

Assinale a alternativa correta:

- a) Apenas a afirmativa I está correta;
- b) Apenas a afirmativa II está correta;
- c) Apenas a afirmativa III está correta;
- d) Apenas as afirmativas I e II estão corretas;
- e) Apenas as afirmativas II e III estão corretas.

36. O *bioma* dominante de São Mateus do Maranhão é

- a) Cocais
- b) Tropical
- c) Pré-amazônia
- d) Cerrado e Amazônia
- e) Cerrado e Caatinga

37. Segundo o IBGE, o Município de São Mateus tem na pecuária um dos seus mais relevantes aspectos econômicos, possuindo uma população de bovinos próxima de

- a) 50.000 cabeças
- b) 30.000 cabeças
- c) 40.000 cabeças
- d) 60.000 cabeças
- e) 25.000 cabeças

38. No que se refere às lavouras permanentes, aponte, dentre as alternativas seguintes, aquela de maior importância econômica para o Município de São Mateus do Maranhão.

- a) castanha de caju.
- b) mamão.
- c) laranja.
- d) manga.
- e) banana.

39. O Município de São Mateus, conforme o TSE (Tribunal Superior Eleitoral) tem, aproximadamente, quantos eleitores?

- a) 31.700
- b) 28.700
- c) 26.700
- d) 24.700
- e) 30.700

40. No que se refere às lavouras temporárias, aponte, dentre as alternativas seguintes, aquela de maior importância econômica para o Município de São Mateus do Maranhão.

- a) arroz (em casca)
- b) feijão
- c) mandioca
- d) milho
- e) melancia